

Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPAPD

Ata da 7ª Reunião Ordinária de

Data: 13/03/2013

Local: Auditório do Centro de Arquitetura e Urbanismo

Membros Titulares e Suplentes presentes: *Wanderson Barreto Corrêa (Subcoordenador – CGPU-SMU); Claudia Muricy (CGPU-SMU); Marcelo Silva da Fonseca (CAIS-SMU); Sabrina Gassner Ribeiro (CGPE-SMU); Isabela Lobato da Silva (SMAC); Ricardo Neiva D’Orsi (Geo-Rio); Aline Romeu Xavier (IRPH); Paula Merlino Machado (IRPH); Luiz Paulo Gerbassi Ramos (SMTR); Arnaldo de M. Lyrio Filho (CET-Rio); Luís Fernando Valverde Salandía (SMH); Rosane L. Araujo (SMH); Thaís Rennó de Andrade (SEOP); Cesar de Faria Vieira (SMO); Solange Cintra (CAU-SMU); Gisele Raymundo Silva (CDURP); Leonardo de Paiva Ferreira (RIOURBE);*

Ausência Justificada: RIO-ÁGUAS

Assuntos tratados:

A reunião foi iniciada às dez horas e vinte minutos com a seguinte pauta:

1 – Aprovação da Ata da 6ª Reunião do CTPAPD;

2 – Informes gerais;

3 – Discussão dos temas intersetoriais

Wanderson Corrêa inicia a reunião apresentando os informes gerais. Informa que a ausência da representação da Rio-Águas foi justificada previamente. Afirma que o Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor foi entregue ao Prefeito e que logo este será disponibilizado no site da prefeitura, uma vez que a solicitação junto ao IPLAN já foi realizada. Afirma ainda que o relatório tem sido divulgado em situações oportunas, como na apresentação sobre o CTPD já realizada no COMPUR, e nas apresentações já planejadas junto ao CONSEMAC e ao CIGG de Desenvolvimento Econômico.

Após a apresentação dos informes gerais, Wanderson apresenta como pontos de pauta a continuação das discussões das ações intersetoriais e a discussão acerca da estrutura do relatório anual de acompanhamento do Plano Diretor deste ano.

Antes de iniciar as discussões acerca destes temas, Wanderson realiza a leitura da Ata da 6ª Reunião do Comitê Técnico, sendo aprovada por todos os presentes.

Wanderson inicia as discussões acerca das ações intersetoriais lembrando o levantamento realizado das ações demandadas pelo Plano Diretor. Este levantamento foi revisado pelos órgãos integrantes do CTPD, com foco nas responsabilidades atreladas a estas ações. Afirma que o detalhamento de algumas ações realizado por cada órgão visava à melhor compreensão das estratégias a serem adotadas pelo CTPD no acompanhamento destas ações. Lembra ainda que temas como a *mobilidade urbana* e o *controle do uso do solo* surgiram como pontos chave de atuação do CTPD, e que, como desdobramento, cada órgão deveria detalhar suas atribuições no tratamento destas questões.

Luis Valverde destaca a sua proposta já apresentada de existência de uma agenda intermediária que funcionaria como pequenos comitês ou grupos de trabalho para discussão destes temas específicos, mas de natureza intersetorial.

Wanderson afirma que alguns órgãos ainda não enviaram as ações intersetoriais detalhadas, conforme encaminhamento das reuniões anteriores. Propõe que as ações intersetoriais podem ser trabalhadas na agenda intermediária proposta pelo Valverde.

César corrobora com a proposta de criação de agendas intermediárias no âmbito do Comitê, afirmando que esta pode ser uma boa estratégia de encaminhamento dos trabalhos do CTPD.

Acerca da atuação do Comitê no acompanhamento das ações demandadas pelo Plano Diretor, Claudia destaca que o Comitê deve se articular com o órgão responsável pelo planejamento de governo – a Casa Civil.

Valverde acredita que as ações objetivas realizadas pelos órgãos deveriam ser integradas a uma plataforma específica e ainda mapeadas visando ao acompanhamento das mesmas. Afirma ainda que nem todas as secretarias possuem o suporte técnico para o cadastro e a espacialização de suas ações.

Claudia afirma que o Wanderson propôs a existência de um grupo focal de gestão, que visaria ao desenvolvimento de estratégias que viabilizem a criação de uma base de dados comum que contemplasse as demandas do Plano Diretor.

Valverde apresenta o sistema Prefeitura em Ação como exemplo de sistema e plataforma passíveis de serem utilizados no âmbito do CTPD. Reforça a necessidade de maior integração com o IPP.

Wanderson afirma que a regulamentação do Sistema de Informações Urbanas, previsto no Plano Diretor, representa um grande avanço no acompanhamento das ações previstas no PD.

Acredita que a estrutura e as plataformas existentes no IPP e Casa Civil sejam capazes de oferecer as bases necessárias à sustentação deste Sistema.

Valverde afirma que os órgãos produzem informações, mas são incapazes de geri-los de maneira a articular estas informações, facilitando seu acesso. Destaca como exemplo a localização dos programas habitacionais como Bairro Maravilha e Morar carioca, observando que são frequentemente consultados, mas essa consulta é feita de forma artesanal, analógica. Destaca o IPP como o órgão de informações da Prefeitura.

Wanderson destaca a importância da articulação do CTPD com o IPP e a Casa Civil, inclusive através da participação de representantes destes órgãos.

Claudia afirma que a implementação e avaliação da política urbana deve ter por objetivo a reformulação contínua da Lei, ao longo do prazo de 10 anos de validade do Plano Diretor. Destaca que deve ser criado, a longo prazo, um canal de comunicação para todos contribuírem com a produção dessa política urbana.

Cláudia apresenta a tabela síntese com as ações intersetoriais apresentadas pelos órgãos, destacando a forma de organização das ações por tema e territorial.

César afirma que o quadro síntese das ações deveria ser concluído para melhor discussão nas próximas reuniões.

Gerbassi afirma que deve haver uma discussão maior para gerar a oportunidade e tempo para aprofundamento dos temas intersetoriais. Destaca que há processos em outras escalas que superam a capacidade dos órgãos municipais e saem da área de abrangência do Plano Diretor.

Claudia continua a apresentar a tabela, mostrando os projetos por território, indicando que estes, em geral, estão sendo implementados na Macrozona incentivada, com reestruturação urbana necessária e compatível a esta fração do território.

Thais Rennó afirma que o controle do uso do solo representa apenas uma parte de todo o planejamento urbano, destacando que a questão é mais ampla.

Gerbassi afirma que a reestruturação vem depois do monitoramento. Destaca que a tipologia e a intensidade de uso são importantes questões para tratar o tema de organização do território, devendo ser discutido em tempo hábil para suporte às esferas de decisão.

Valverde destaca que deve haver um direcionamento de temas para dar concretude ao trabalho do Comitê. Destaca que seu órgão possui questões bem concretas que podem ser trazidas, como a necessidade de interface das Secretarias de Meio Ambiente e da Geo-RIO para a implantação dos projetos habitacionais.

Como forma de objetivar os trabalhos do Comitê, César reforça a ideia da necessidade de

criação de grupos internos que tratem dos temas gerais já apontados na planilha (Mobilidade Urbana e Controle do Uso do Solo).

Gerbassi solicita o envio da planilha síntese para que oriente as discussões da próxima reunião.

Wanderson aborda o outro ponto da pauta a ser discutido: a estrutura do novo relatório. Relembra que a proposta do próprio CTPD era de uma estrutura de relatório mais intersetorial e abrangente.

Marcelo relembra que já havia sido discutido as possíveis formas de divulgação do relatório.

Wanderson relata que o Relatório foi apresentado ao Prefeito, e que ele recomendou a divulgação do mesmo no site da Prefeitura.

Marcelo afirma que a realização de audiências ou reuniões públicas com grupos específicos pode ser um bom modo de divulgação do relatório.

Wanderson afirma que o Relatório está sendo apresentado em algumas oportunidades, como em apresentação já realizada no COMPUR. Há convites para apresentação sobre o Comitê e do Relatório junto ao CIGG de Desenvolvimento Econômico e no CONSEMAC.

Thaís Rennó questiona se deva haver uma abertura para a participação da população no CTPD.

Cláudia destaca o caráter estritamente técnico do Comitê estabelecido pelo Plano Diretor, lembrando que o COMPUR é o fórum onde a sociedade discute as questões relativas à política urbana municipal.

Gerbassi lembra que o COMPUR idealizado no PD92 era muito mais atuante e efetivo, mas que com o tempo não foram concretizados os canais para participação social,

César apresenta como sugestão que o novo relatório tenha como estrutura as discussões já tratadas no âmbito do Comitê, além dos produtos a serem gerados pelos grupos de ação do CTPD.

Valverde realiza um convite ao CTPD para participação em um Seminário organizado pela SMH, destacando que esta é uma boa oportunidade de apresentação dos trabalhos do Comitê. Também convida o coordenador do CTPD para uma mesa redonda acerca das implicações das ações do município e do governo estadual que possuem rebatimentos no contexto metropolitano.

- A reunião foi encerrada às 12:00.

ENCAMINHAMENTOS:

Como encaminhamentos, os representantes da SMU deverão enviar aos demais membros do Comitê:

- A Ata da 7ª Reunião do CTPAPD para leitura e posterior aprovação;
- Arquivo com a planilha síntese das ações dos órgãos organizadas por temas;

Os representantes dos demais órgãos deverão:

- Em cada projeto listado, explicitar os problemas de interlocução e possíveis soluções que melhorariam as ações;
- Associar as ações propostas ao Plano Diretor;
- Analisar o Relatório 2011-2012 e propor nova estrutura, visando maior intersetorialidade.

Os trabalhos foram encerrados às 12:00h.